

FOGOS ACESOS EM MOÇAMBIQUE

GRI, Fevereiro 2019

“A política é um meio fundamental para construir a cidadania e as obras do homem, mas, quando aqueles que a exercem não a vivem como serviço à colectividade humana, pode tornar-se instrumento de opressão, marginalização e até destruição”

Papa Francisco, Mensagem para o Dia Mundial da Paz: 1 de Janeiro de 2019

INTRODUÇÃO

Com as palavras do Papa Francisco citadas acima queremos enquadrar a presente análise da conjuntura moçambicana. A análise pretende ajudar a perceber alguns dos pontos marcantes que afectam a vida das populações no país. Desde o problema da terra em Tete, Nampula e Nacala, os ataques em Cabo Delgado até às questões políticas, como o VIº Congresso da RENAMO, e questões económicas como é o assunto do calote (“dívidas ocultas”). Ela pretende oferecer à CEM elementos para uma reflexão e acção pastoral em continuidade com acções levadas a cabo no passado recente. A análise propõe retomar algumas das propostas feitas pelos Bispos na Carta Pastoral sobre a terra, como foi a proposta de organizar uma reforma agrária e social na preparação e celebração dos 50 anos de independência, mas também propõe a organização de uma comissão que trabalhe unicamente sobre o problema da terra e fazer algum outro comunicado público sobre a questão das dívidas ocultas.

A. TERRA:

1. O AGUDIZAR O PROBLEMA DA TERRA EM TETE:

“Nós não somos donos da nossa terra, eles sim!”. Esta expressão dita por um ancião de uma das comunidades afectadas pelas minas de carvão em Tete, manifesta a grande contradicção com que se debatem as populações. Eles, donos originais e tradicionais da terra, tornam-se hóspedes, ao passo que os investidores estrangeiros transformam-se em donos da terra. As empresas detentoras dos mega-projectos de mineração condicionam a consciência e o exercício de cidadania das populações. As pequenas iniciativas para o combate da usurpação da terra e agudização do desgaste ambiental são imediatamente reprimidas pela força policial ou de intervenção rápida, comprometendo o direito que as comunidades têm de reivindicarem o que é delas por direito. Organizações da Sociedade Civil aparecem em apoio das populações, mas enfraquecidas e com pouco impacto em relação às próprias mineradoras.

As autoridades locais geralmente atrelam-se às mineradoras, abdicando-se dos seus compromissos com as comunidades e a tendência é de ir abafando e arrastando o problema até à saturação criando, no seio das comunidades, um espírito de revolta que as leva a um estado em que cenas de violência ficam fora do controlo. Isto justifica todo tipo de manifestações, paralisações de actividades mineiras, greves, marchas, etc. que têm acontecido em cada ponto onde as comunidades sofrem os efeitos transtornantes das mineradoras.

2. PROJECTO ‘TERRA SEGURA’ NA DIOCESE DE NACALA

O Projecto ‘**Terra segura**’ é uma iniciativa do Governo, que está a ser implementado pelo Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) e tem a ver com a harmonização entre o **ordenamento** territorial, **delimitação** das áreas ocupadas pelas comunidades locais e a **regularização** sistemáticas das ocupações de terras de acordo com as normas costumeiras e por boa fé em áreas inferiores a 50 hectares e fora das zonas consideradas do domínio público. O Projecto prevê o registo e regulamentação de ocupação de 5 milhões de

parcelas de DUAT. Não será feita a regularização das terras comunitárias, mas de parcelas individuais fragilizando a presença da comunidade diante das empresas, nos conflitos de terra envolvendo um investimento público/privado que usurpa as terras de uma determinada comunidade. Nestes termos, o Projecto 'Terra Segura' não deve ser visto como meio e solução de resolução de conflitos comunitários sobre a terra, por existência de lacuna legislativa.

É oportuna uma intervenção junto do MITADER, solicitando emitir registo de DUATs comunitários assim como individuais. Isto permitiria aos beneficiários terem dupla titularização: ao nível da sua parcela assim como da sua comunidade. Certamente isto iria ajudar a prevenir e a resolver casos de conflitos de terra.

Nas condições em que nos encontramos, precisamos de pensar num caminho para a existência duma pastoral específica da terra ao nível da Comissão Episcopal de Justiça e Paz. Trata-se de um imperativo sócio-pastoral. Não haver um programa pastoral para a questão da terra constitui uma omissão grave. A magnitude do problema da terra exige que a busca de soluções seja coordenada, multifacetada, inclusiva e bem elaborada, caso contrário não surtirá efeitos desejados. Na Diocese de Tete, por exemplo, a Comissão de Justiça e Paz constituiu um Secretariado específico para a questão da terra com o desejo de ter uma acção pastoral mais incisiva, directa, profunda e diversificada; uma pastoral estratégica, flexível e continuada.

Em 2025, celebraremos o jubileu de Moçambique: 50 anos de Moçambique independente. Os Bispos de Moçambique, na Carta Pastoral ***À tua descendência darei esta terra*** propõem “uma efectiva Reforma Agrária para corrigir os impactos negativos que as políticas económicas agrárias actuais estão a causar nas comunidades rurais e em todo o País”. A Carta sublinha que tal reforma não convém que seja apenas agrária, mas também social. O desejo dos Bispos, com esta proposta, é de podermos celebrar esses 50 anos da nossa independência num ambiente de paz, fraternidade e harmonia social e ambiental, um ambiente em que todos são aceites como irmãos e trabalham a terra como sua herança. Sublinha-se ainda que “todos somos convidados a pôr, desde já, mãos à obra para criarmos as condições necessárias” (n. 51). Criar condições necessárias, desde já, pode significar: pensar em constituir uma comissão que comece a desenhar estratégias e primeiros passos para a reforma agrária, e que essa comissão trabalhe com os que vão organizar a IVª Assembleia Nacional de Pastoral para reorientar as temáticas também para este fim: a reforma agrária.

B. INTERESSE ECONÓMICO SELVAGEM: CABO DELGADO

Após 18 meses desde o início dos ataques em Cabo Delgado tentamos perceber a raiz dos mesmos.

➤ Trata-se de um problema étnico?

É certo que existem rivalidades étnicas em Cabo Delgado, como no resto do país. Mas é também importante realçar que essas rivalidades são seculares e nunca foram motivo de conflitos que transcendessem a linha de convivência pacífica ao ponto de se tornarem num conflito armado, envolvendo matanças e queima de casas. Moçambique teve sempre o cuidado de assegurar que o pensamento dominante fosse a unidade nacional de todos os moçambicanos.

➤ A causa é a pobreza, analfabetismo e tráfico ilegal de recursos naturais?

O chamado “grupo dos insurgentes” não parece ter um objectivo claro e definido em termos de ideologia política, económica ou social. Parecem ser jovens instrumentalizados com promessas de emprego e melhores condições de vida. Os financiadores do grupo aproveitam-se da fragilidade da província de Cabo Delgado que tem a maior taxa de iliteracia do país (64.8% e em cidades ou

vilas como Palma onde a taxa de analfabetismo chega aos 90%), taxa de desemprego, principalmente jovem, muito elevada, forte presença do crime organizado, da corrupção massiva (tráfico de droga, armas, pedras preciosas, madeira, marfim). Mas a maioria destes recursos sempre existiram, sempre foram explorados de forma paralela aos legalmente permitidos e nunca foram motivo de conflito armado na dimensão em que assistimos actualmente.

➤ **Interesse económico selvagem**

O epicentro do conflito é a disputa de empresas nacionais e internacionais que pretendem prestar serviços de segurança às multinacionais petrolíferas detendo licenças de exploração de gás na bacia do Rovuma. O serviço de segurança envolve muitos custos e é bastante lucrativo, facto que terá levado a elite nacional a endividar o Estado Moçambicano para permitir a criação de empresas que iriam prestar serviços de segurança às multinacionais a operarem na bacia do Rovuma. A questão de segurança é considerada prioritária pelas multinacionais que operam na região e tem o lema “safety, safety, safety” o que significa tolerância zero a qualquer tipo de incidentes. O negócio em alta actualmente na província de Cabo Delgado é providenciar segurança às múltiplas empresas nacionais e internacionais que se estabeleceram na corrida à exploração dos recursos naturais.

➤ **O que diz o Governo sobre esse grupo?**

As Forças Armadas de Moçambique tem o seu quartel general posicionado na zona norte de Cabo Delgado, contudo é frequente ver militares de chinelos, sapatilhas, jovens militares muitas vezes em estado de embriaguez. Essa postura descredibiliza as forças de segurança nacional e concorre para que as empresas multinacionais prefiram apostar nos seus próprios mecanismos internos de segurança.

➤ **A população**

Quem mais sofre com este cenário é a população civil que se sente desamparada e em contínuo risco de vida. Hoje existem comunidades desertas e um grande fluxo de concentração de pessoas na vila sede de Palma, uns que chegam à procura de melhores condições de vida procurando oportunidades de emprego e outros deslocados das zonas rurais à procura de lugares seguros, tendo abandonado as suas zonas de origem por receio de ataques. Um outro ponto de concentração de deslocados é a Ilha do Ibo.

C. ENTENDENDO OS ÚLTIMOS DESENVOLVIMENTOS DO CALOTE

A transição do ano 2018 para 2019 ficou marcada pela notícia da detenção do ex-ministro das finanças Manuel Chang, na vizinha África do Sul, quando pretendia fazer uma ligação para Dubai, onde iria passar a transição do ano. A detenção aconteceu sob mandato de captura emitido pela polícia internacional (Interpol) a pedido da justiça norte-americana. O poder judicial norte-americano solicitou a detenção daquele deputado da Assembleia da República (AR) pela Bancada da Frelimo como parte de um vasto processo de perseguição das pessoas implicadas na burla de investidores norte-americanos. O processo que em Moçambique ficou conhecido como “dívidas ocultas”, nos Estados Unidos da América ficou registado como um esquema de burla em que um grupo de indivíduos decidiu usar garantias do Estado falsas.

➤ ***Os americanos estão a resolver uma questão moçambicana? Sim e não!***

Sim, em termos gerais, na medida em que sem o libelo acusatório norte-americano, o povo moçambicano dificilmente (para não dizer jamais!) saberia dos detalhes da operação que culminou com o corte de apoio ao orçamento do Estado moçambicano, condenando à miséria e morte as camadas mais desfavorecidas da sociedade, por falta de medicamentos nos hospitais, só para dar um exemplo. Não, em termos específicos, no sentido de que a justiça norte-americana

foi atrás de burladores de investidores norte-americanos. Os americanos procuram recuperar dinheiro de cidadãos e empresas americanas, não interessando a nacionalidade dos visados.

➤ ***Não devemos continuar a falar em “dívida pública oculta” mas sim de empréstimos ilícitos***

A acusação da justiça norte-americana demonstrou que os implicados nas conhecidas “dívidas ocultas”, constituíram uma associação para delinquir. Nenhuma parte do dinheiro do empréstimo chegou a entrar nos cofres do Estado. O dinheiro foi recebido, dividido entre si, gasto em compras de casas e carros de luxo e depositado nas suas contas bancárias no estrangeiro. É um caso de simples calote em que os responsáveis devem ser responsabilizados, e nunca o povo moçambicano. Tinham razão, e continuam cobertos de razão, as organizações da sociedade civil (OSC), os vários analistas nacionais e internacionais, os partidos políticos da oposição e a Comissão Episcopal de Justiça e Paz quando desde a primeira defenderam que o povo não deveria pagar por aqueles empréstimos.

➤ ***As detenções das pessoas implicadas vão trazer de volta o dinheiro?***

As pessoas implicadas no escândalo roubaram dinheiro de investidores maioritariamente empresários norte-americanos que estavam a financiar um projecto nacional de pesca de atum e de segurança costeira de um Estado soberano, com garantias soberanas, quando era tudo mentira. Apenas 50 milhões dos 2,3 mil milhões de USD foram gastos no referido projecto de pesca, que nunca funcionou; e de protecção costeira nada se sabe. O dinheiro roubado aos investidores norte-americanos deve ser devolvido à América. A Moçambique cabe responsabilizar os indivíduos pelos danos reputacionais causados ao país, para além de assegurar que o país não pagará pelo calote. Cabe igualmente ao Governo moçambicano procurar recuperar o dinheiro público gasto no pagamento das prestações pagas nos anos 2014 e 2015.

➤ ***O que podem fazer os Bispos moçambicanos para ajudar o povo?***

1º) Exigir a recusa do empréstimo como dívida pública; a revogação da resolução que legalizou as dívidas ao inscrevê-las no Orçamento do Estado.

2º) Encorajar a continuidade da acção da justiça para, pelo menos, demarcar o país do grupo de indivíduos que roubaram a investidores americanos.

3º) Continuar a aprofundar os processos de acumulação de capital e de enriquecimento ilícito em Moçambique do qual este caso constitui o ponto mais alto.

4º) Apoiar o povo de Deus com acções que visam a sustentabilidade do país para lá do ciclo eleitoral.

D. O VIº CONGRESSO DA RENAMO

O partido Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) realizou na Serra da Gorongosa de 15 à 17 de Janeiro de 2019, o seu VIº Congresso, depois de uma década ter realizado em Nampula em 2009, o Vº Congresso apesar de os estatutos do partido preverem a realização dos Congressos de cinco em cinco anos. Note-se que foi o primeiro Congresso sem a presença do seu lendário líder Afonso Dhlakama, falecido a 3 de Maio de 2018, e ainda porque esperava-se eleger, realmente, pela primeira vez o presidente do maior partido da oposição.

➤ ***As grandes decisões e os grandes desafios do partido RENAMO nos próximos tempos:***

A votação sufragou Ossufo Momade vencedor das eleições com 410 votos, para a presidência do partido. Ossufo Momade, que dirigia o partido interinamente havia oito meses, após a morte do Líder Afonso Dhlakama, disse que para a sua governação vai prevalecer o lema da campanha que realizou: “Renamo unida rumo à vitória”. Referiu que a sua eleição fortaleceu a democracia interna do partido, agradecendo o apoio da ala militar, por permitir a realização do congresso na

Serra da Gorongosa. Saliu que iria continuar a residir na Serra da Gorongosa enquanto decorrem as negociações para “uma paz efectiva” no país e reiterou o “não retorno à guerra”. Os candidatos derrotados consideraram que as eleições foram “pacíficas e democráticas” e apelaram ao novo presidente a não desperdiçar os seus manifestos e a integrar as ideias dos adversários no seu programa de governação para o fortalecimento da Renamo. As novas caras produzidas por este Congresso, podem significar o início de outros tempos da vida política do partido rumo a tomada do poder.

- De entre as grandes decisões saídas deste Congresso, destacam-se:
 - ❖ Eleição do General Ossufo Momade, Presidente da Renamo 410 votos.
 - ❖ Indicação de Ossufo Momade para Candidato as Eleições Gerais de 15 de Outubro de 2019.
 - ❖ Eleição da Comissão Política Nacional, composta por 15 membros.
 - ❖ Conselho Nacional do Partido composto por 120 membros.
 - ❖ Mesa do Conselho Nacional, composta por 5 membros.
 - ❖ Repúdio da Dívida imposta aos moçambicanos.

Actualmente, porém, assistimos àquilo que parece uma crise generalizada dos partidos com assentos na Assembleia da República: o partido FRELIMO está em descrédito por causa da calote, o MDM está muito enfraquecido desde há já algum tempo e o RENAMO manifesta também dificuldades em gerir os desejos democráticos das suas bases partidárias. E tudo isso acontece num ano de eleições gerais que se antevêm complexas.

A título de conclusão, damos a palavra ao Papa Francisco na sua Mensagem para o Dia Mundial da Paz do ano em curso:

Quando o exercício do poder político visa apenas salvaguardar os interesses de certos indivíduos privilegiados, o futuro fica comprometido e os jovens podem ser tentados pela desconfiança, por se verem condenados a permanecer à margem da sociedade, sem possibilidades de participar num projeto para o futuro. Pelo contrário, quando a política se traduz, concretamente, no encorajamento dos talentos juvenis e das vocações que requerem a sua realização, a paz propaga-se nas consciências e nos rostos. Torna-se uma confiança dinâmica, que significa «fio-me de ti e creio contigo» na possibilidade de trabalharmos juntos pelo bem comum. Por isso, a política é a favor da paz, se se expressa no reconhecimento dos carismas e capacidades de cada pessoa.